

Minicursos/Oficinas

1. Título: A atuação de Chimamanda Ngozi Adichie como escritora: entre lugares, ficção e história

Autor: Lucas Sampaio Costa Souza

Minibio:

Doutorando em História com pesquisa sobre O enigma da chegada (1987), romance autobiográfico de V.S. Naipaul. No mestrado em História, cursado no PPGHIS da Universidade Federal de Ouro Preto, da qual fui bolsista CAPES, também estudei literatura contemporânea a partir da pesquisa sobre Americanah (2013), romance da escritora Chimamanda Adichie. Durante a graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fui bolsista PIBIC da Fundação Casa de Rui Barbosa (2018-2019), na pesquisa Conhecimento, registro e uso das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua geral de Mina. Atualmente, edito a revista encontro orí. Possuo experiência de pesquisa sobre Literatura desde a graduação e no trabalho de transcrição de manuscritos. Meus interesses são a Teoria da História, Literatura contemporânea e Teoria Pós-colonial.

Palavras-chave: Chimamanda Adichie, ficção, não-ficção e história

Resumo:

Este minicurso visa discutir a relação entre ficção e história a partir da atuação da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Partindo do pressuposto de que o conhecimento histórico já não se apresenta como monopólio da historiografia profissional e de que existem diferentes maneiras de produzir conhecimento sobre o passado, o minicurso visa discutir o conhecimento histórico produzido por Chimamanda Adichie em sua atuação como escritora. Neste sentido, pretende-se relacionar a obra ficcional, a produção ensaística e a atuação pública da autora na internet como procedimento de sondagem deste conhecimento, de maneira a mostrar o que seu trânsito entre diferentes gêneros e formas de atuação pode ter a ver com a historicidade do sujeito da cultura e do conhecimento.

Em um primeiro momento, conheceremos as nuances entre os dados biográficos de Chimamanda e sua obra literária, a fim de introduzir uma ideia que servirá como fio condutor do minicurso: a maneira complexa como Adichie explora sua condição histórica na atuação como escritora. A partir de materiais como entrevistas, ensaios e ficções, a ideia é investigar as interseções entre o trânsito de Adichie entre as diferentes tradições culturais do Terceiro Mundo e do Ocidente e sua obra literária, de forma a refletir sobre como estas interseções fazem parte do estilo de Chimamanda Adichie.

A fim de analisar com mais vagar esta exploração da própria condição histórica, discutiremos as relações entre dois dos romances de Adichie, Meio sol amarelo e Americanah, e sua experiência. Nossa leitura acontecerá em perspectiva com outras ficções contemporâneas em que a tematização do trânsito entre tradições culturais também conta com nuances entre autor, narrador e personagem, como *O enigma da chegada*, de V.S. Naipaul (1994) e *Everyday is for the thief*. Nosso intuito será situar a obra de Adichie em relação a esta tendência da ficção contemporânea, destacando suas singularidades.

Por fim, concluiremos o minicurso retomando as questões lançadas anteriormente a fim de arregimentar a reflexão sobre qual conhecimento histórico o trânsito de Adichie entre ficção, não-ficção, gêneros literários, tradições culturais e formas de atuação é capaz de produzir. A ênfase recairá sobre os possíveis impactos desse estilo de Adichie em nosso imaginário sobre quem é, quem pode e como pode ser o sujeito da cultura e do conhecimento.

2. Título: História e Historiografia do Crime e das Drogas no Brasil: entre a marginalidade e o controle social

Autor: Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira

Minibio:

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista CAPES. Tem interesse nas áreas de História do Brasil República, História da Imprensa, História Social do Trabalho e História das Drogas e substâncias psicoativas. Atualmente trabalha com pesquisas direcionadas à História das drogas e substâncias psicoativas, história da imprensa e história do crime. Participa do Grupo de Pesquisa 'Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX' (Fundação Casa de Rui Barbosa).

Palavras-chave: Historiografia; Crime; Drogas.

Resumo:

O estudo da história do crime e das drogas no Brasil tem ganhado relevância nas últimas décadas, sobretudo diante do avanço das políticas de segurança e do encarceramento em massa. A historiografia brasileira vem demonstrando como as práticas de controle social e as representações do criminoso se articulam a projetos de poder, moralidade e racialização. Ao propor este minicurso, busca-se contribuir para a formação crítica dos estudantes de História, oferecendo ferramentas para compreender as origens e permanências de discursos e práticas que associam crime, pobreza e drogas, e que continuam a moldar o imaginário social e as políticas públicas contemporâneas. Sendo assim, minicurso propõe discutir as relações históricas entre crime, drogas e controle social no Brasil, a partir da historiografia recente e de debates interdisciplinares. Busca-se compreender como a figura do criminoso foi construída ao longo do tempo, em especial na relação entre o uso, o comércio e a criminalização das substâncias entorpecentes. Serão abordados os discursos científicos, jurídicos e midiáticos que moldaram a percepção pública sobre o “inimigo interno”, bem como as políticas estatais de repressão e os impactos sociais e raciais desse processo. O objetivo principal é analisar as transformações históricas e historiográficas sobre o crime e as drogas no Brasil, com ênfase na construção da figura do “criminoso” e do “usuário/vendedor de drogas”, passando pelos principais referenciais teóricos sobre o crime e as drogas na historiografia brasileira. Como metodologia pensamos em uma exposição dialogada com apoio de slides e trechos de documentos históricos, matérias de jornais e relatórios policiais, discussão coletiva a partir de textos selecionados da bibliografia, análise de casos históricos (como o Rio de Janeiro nas décadas de 1930–1980 e o papel da legislação de drogas).

Referências Bibliográficas:

- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio. História das drogas no Brasil: a construção do problema social das drogas (1808–1950). Rio de Janeiro: Mauad, 2018.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. São Paulo: Alameda, 2005.
- WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- ADORNO, Sérgio. A criminalização da pobreza. São Paulo: Edusp, 1995.
- CAMPOS, Ricardo. História das drogas e das políticas de repressão no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2017.

3. Título: Propositivas pedagógicas e encantarias mitológicas no ensino de história: os mitos de criação e as atuações do PIBID.

Autor: Sabrina Munck do Nascimento; Rita de Cassia Mesquita de Almeida; Júlia Canella da Silva.

Minibio:

Rita de Cassia Mesquita de Almeida - Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008). Mestre em Educação (2011), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ênfase em pesquisas sobre os diversos processos de aprendizagem histórica em espaços escolares e não-escolares. Atualmente, trabalha como professora de História das séries finais do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, ministrando a disciplina de História.

Sabrina Munck do Nascimento - Sabrina Munck do Nascimento é uma apaixonada pelas palavras e ao longo de sua existência foi colhendo caminhos de auto expressão. Essa maneira altruísta talvez venha da vida simples que levou perto das geoandanças tecidas em rodas de conversas e fazeduras de pão alemão com as matriarcas de sua família. Ali, esteve presente o gosto pelas histórias contadas, os "causos" passados. Nascida em Juiz de Fora /MG, mais precisamente na colônia de cima chamada São Pedro é mestre pela UFJF-PPGE e licenciada em história pela mesma faculdade. Fez pós-graduação em Filosofia (UFJF) e também Alfabetização e letramento (UFSJ). Cursando o extinto curso de ensino médio de magistério. Com essa e outras formações, busca harmonizar as geo-histórias em suas diversas vivências pelos caminhos da infância nas salas de aula. Atualmente, é professora da rede pública de Juiz de Fora a mais de 21 anos e também professora supervisora do PIBID. Movimentos que tecem essa professora de personalidade alegre e espontânea, que gosta de olhar as cadências temporais. Nesse sentido, para ela o tempo histórico é espiralar assim como sua escrita o é. Sendo uma escrita revolucionária, pois capta as diversidades humanas em suas relações de aprendizagem e afeto expressas nos cotidianos escolares. De certo, o narrar as tramas escolares se fazem urgentes para entendermos o necessário papel desempenhado pelos professores. Principalmente os docentes de nossas escolas públicas.

Júlia Canella da Silva - Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (2020-2023). Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2019) e Bacharel em História pela mesma Universidade (2022). Atualmente é professora de História na rede municipal de Juiz de Fora, atua também como supervisora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e é graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Mitos de criação, Mitologia, Ensino de História, Povos Indígenas, Saberes afro-brasileiros.

Resumo:

Leão! Vai encontrar Suçuarana
A sombra de uma imburana
Ao lado de mil tracajás.
Num ritual, arara pula no cipó
Lá na beira do igapó, encantados ancestrais
Por seu legado, mãe da mata de Tupi
Neste solo sagrado, ao pajé foi levado
O rei guarani.
Estácio de Sá/Samba-enredo2025.

A sabedoria ancestral indígena ensina que a humanidade precisa reencontrar o equilíbrio com o planeta e resgatar raízes humanas no contato com a terra. Tanto o planeta precisa de revitalização quanto o humano deve voltar-se à sua alma para o sentir do coração. Nossa orientação é “suleadora”. Ou seja, valorizamos nossas culturas latino-americanas. Decolonizar o currículo é também uma descolonização de nosso ser. Reconhecemos nossa dependência, não somos seres autossuficientes. Precisamos de todo o ecossistema. Nossas relações são circulares e nos atravessam de modo que nos completam e (in)completam. A terra quando abusivamente explorada torna-se estéril. Reage às nossas ações. Não há vergonha em precisar dos outros, humanos ou não. Isso é sair do antropocentrismo e assumir papéis no mundo que precisa de todo o ecossistema. O cuidar é reparação histórica. Nisso, os carnavais de 2024 e 2025 trouxeram o mote dos povos originários e seus ancestrais tecendo diálogos culturais, mitológicos, históricos e de regionalidades, como os enredos “Gbalá - viagem ao templo da criação” da escola Unidos de Vila Isabel, e “O Leão se engerou no Encantado Amazônico” da agremiação Estácio de Sá. O lócus, a nossa floresta Amazônica, suas culturas e mitologias ricas em encantamentos que se perpetuam entre gerações, trazendo narrativas históricas das culturas populares.

É nesse sentido que os mitos são parte integrante do currículo escolar de História, estando presentes em documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos livros didáticos que circulam pelo país. Entretanto, para além das normativas curriculares, conhecer diferentes mitos, em destaque nessa proposta, os mitos de criação, nos aproxima da cosmovisão e da produção de epistemologias de diferentes povos, etnias,

religiões e crenças. Nesse contexto, o trabalho com os mitos de criação apresenta também interdisciplinaridade com discussões do campo das ciências naturais, como as teorias evolucionista e criacionista. Nossa proposta se baseia em uma prática comparativa entre diferentes mitos, não no sentido hierarquizante, mas tendo como objetivo reconhecer suas diferenças e similaridades, assumindo uma posição de curiosidade respeitosa em relação às diferentes crenças. Portanto, serão apresentadas as narrativas mitológicas de povos indígenas do Brasil, mitos afro-brasileiros e da tradição Iorubá, e a partir da discussão inicial sobre suas histórias e estórias, será produzido o material comparativo.

A intenção dessa proposta é lhe encontrar nas esquinas da distância onde somente o ortografiar pode nos levar. Deslocamo-nos na direção de outros por meio desta oficina, narrando a trajetória do nosso trabalho pedagógico enquanto professoras da rede municipal de Juiz de Fora, desenvolvido no âmbito do PIBID, como professoras supervisoras dos bolsistas, licenciandos dos cursos de História e de Pedagogia da UFJF.

Propomos aos participantes uma oficina que apresente possibilidades de trabalho pedagógico no ensino de história (nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental), a partir da mobilização de narrativas mitológicas de povos indígenas do Brasil, mitos afro-brasileiros e da tradição Iorubá. Nossa intenção é provocar outros movimentos docentes e engendrar mudanças. Nesse preâmbulo, narrar essa experiência em trio, cada qual dentro de sua realidade escolar, proporciona o entender e o valorizar do trabalho dos professores.

Escrevemos sobre os cotidianos escolares, apoiadas em Certeau (1996) e autorizamo-nos a escrita com Fernandez (1994). Das possibilidades imbricadas de ensino/aprendizagem do aprendente e o espaço outorgado pelo ensinante. Propomos o questionamento e o desenvolvimento das aprendizagens. Outrossim, o aprender tem a ver com o tocar o outro, pôr-se em contato com este em suavidades intencionais a convite do ensino-aprendizagem. Educar deve permitir ao educando ler o mundo e operá-lo nas suas diversas condições de análise e reconstrução do conhecimento, promovendo o desenvolvimento efetivo de habilidades cognitivas e sócio-históricas..

Para que a aprendizagem aconteça, o trabalho deve ser ordenado, lento, profundo e contumaz, e, sobretudo, desvinculado de uma cultura curricular que prioriza o conteúdo marcado pela erudição. De acordo com Forquin (1993), se pensarmos nos problemas educacionais, muitos deles referem-se à transmissão cultural da escola, algumas confusas e cruciais. Portanto, é preciso reconhecer que a ordem humana da cultura não é um tecido imutável e uniforme, ao contrário, existe uma diversidade de aparências e formas no tempo que variam por entre sociedades. Não há homogeneidade, e os elementos podem provir de

fontes e tempos diversos, o que nos leva à “metáfora da bricolagem” (processo criativo com materiais e recursos disponíveis, muitas vezes de forma improvisada e não convencional, para criar algo novo).

A aprendizagem é apropriação e reconstrução do conhecimento do outro, ou uma parte deste, que se encontra com nossos próprios saberes pessoais, como completa Fernandez (1994), sendo gerada na inquietude. Portanto, abrimos a escrita das confidências de sala de aula, que nos permitem contar das aventuras, dos saberes em vivências docentes/discentes na contramão de um mundo de vazios modernos e desencantados[1]. Queremos resgatar o que foi perdido e trazer, novamente, as encantarias humanas para o chão da escola. A memória nasce das vivências pontua Vigotiski (2008). Nenhuma palavra está descolada das emoções. O mundo é formado por sinais cheios de signos e sentidos. Essa atribuição de sentidos não é uma condição inata, são processos da construção social.

A inspiração é a criança, portanto, visualizamos para além de um ser humano isolado e passamos a descortinar o humano existindo em um determinado tempo e espaço. Na educação escolar é dado o nome de “obutchénie”[2]. Esse termo refere-se ao processo pedagógico que envolve professores e alunos. Ele é caracterizado pela unidade da ação de ambos e o foco está na aprendizagem do estudante, e pode ser traduzida como uma aprendizagem desenvolvimental. Quando o cultural e o social se encontram, conseguimos ver a transformação. Em situação concreta, em condição social e de natureza.

Nesse trabalho sobre as narrativas da criação, conseguimos comparar vozes, histórias e dizeres. Segundo Cooper (2006), cabe ao professor constituir com os alunos as noções do tempo a partir do sequenciamento de acontecimentos, fontes e os objetos no sentido cronológico, assim como lançar mão de linguagem própria que demarcam a passagem do tempo, para depois trabalhar ideias transversais como semelhanças e diferenças, causas e efeitos. A intenção, enquanto docente, é o resgate do encantamento de um mundo que foi desencantado pela racionalidade formalizadora. Ou seja, romper com o espírito capitalista que neutraliza existências e dessacraliza a vida no que diz Weber (2014). Tempos espumosos que envolvem nossa sociedade, e a escola precisa se blindar para abrir-se á tempos de respiro, não permitindo que o sufocamento capitalista direcione o nosso fazer pedagógico. Logo, permitindo a densidade do profundo a molde Larossa (2017). A busca é a de não se render ao engessamento canônico, elitista do mesmo, mas sim, olhar para o desconhecido. Convidamos a dúvida para podermos imaginar novos mundos. A partir dos contos criacionistas, trabalhamos o que era mito e ciência, e promovemos a produção a partir dos olhares criativos das crianças. Com elas, pudemos ultrapassar práticas rotineiras e lançar novos caminhos a fim

de favorecer o crescimento intelectual, cultural e social dos sujeitos. Nossa intenção foi a de promover costuras entre os saberes, incentivando a prática de relatos para desenvolver conceitos acerca do tempo e outros que envolvam o pensamento histórico.

[1] Entendemos as escolas a modo Weber (apud Munck, 2024), ou seja, lugares de relações reais e simbólicas. Lugares de faíscas e mímicas mágicas que podem invocar a chuva para um dia líquido

[2]. Nessa centelha imagética, traçar na mente caminhos pedagógicos de criatividade e imaginação.

Referências Bibliográficas:

CERTEAU, Michael. A invenção do Cotidiano. Trad. EPHARAIM, Alves e ORTH, Lúcia Endlich. Petrópolis. RJ. Vozes, 1996.

FERNÁNDEZ, Alicia. A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

LARROSA, Jorge Bondía: Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

Mindlin, Betty. O Primeiro Homem e Outros Mitos dos Índios Brasileiros. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2001.

MUNCK, Sabrina do Nascimento. Professora, por que você demorou tanto? Vivências pelo mundo borrado da Covid-19. 1º ed. Pedro & João editores. 2024.

Krenak, Ailton; Carell, Rita. Kuján e os Meninos Sabidos. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2024.

Potiguara, Eliane. Conhori e as Icamiabas. Editora Brasil, 2024.

Prandi, Reginaldo. Os príncipes do destino: histórias da mitologia afro-brasileira. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2001.

Cunha, Carolina. Aguemon: um mito iorubá da criação do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCHLUCHTER, Wolfgang. O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber/por Wolfgang SCHLUCHTER; Trad. De Carlos Eduardo Dell - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

TERRITÓRIOS CONTESTADOS. Tomaz Tadeu Moreira (org) O currículo e os novos mapas políticos culturais. Ed. Vozes. Petrópolis. 4 ed.2001.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, v. 8, n. 1, p. 23-36, 2008.

4. Título: Arquivos interioranos: apontamentos e possibilidades de pesquisas

Autor: Tiago de Castro Braga

Minibio:

Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), com pesquisa sobre ocupação territorial e emancipação na Zona da Mata mineira no período imperial. Mestre em História (2017) e graduado na mesma área, especializado em Supervisão, Inspeção Escolar e Filosofia. Atua como supervisor pedagógico na Secretaria de Educação de Muriaé (MG). Sua produção acadêmica está voltada para história agrária, escravidão, elites locais e processos de desenvolvimento regional, abordando temas como famílias escravas, dinâmicas socioeconômicas e territorialidade no século XIX. Participou de congressos, publicou artigos e ministrou palestras sobre quilombos, cidadania no Império e metodologias históricas.

Palavras-chave: Arquivos interioranos, Fontes históricas, Pesquisa histórica

Resumo:

Esta oficina tem como proposta instigar os acadêmicos de graduação e pós-graduação a explorar as múltiplas possibilidades de pesquisa histórica a partir do uso de fontes regionais. A ideia é mostrar como documentos guardados em arquivos locais, regionais ou até mesmo particulares podem revelar caminhos ricos para compreender questões nacionais e internacionais. Além disso, será um espaço para refletir sobre os desafios e descobertas que surgem no processo de organizar, interpretar e dar vida a essas fontes no campo da História.

5. Título: RUPTURAS NEGRAS NA HISTORIOGRAFIA: Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Neuza Santos Souza, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez

Autor: Chrigor Augusto Liberio; Fabrizia Santana da Silva Oliveira.

Minibio:

Chrigor Augusto Liberio - Professor substituto da Universidade Estadual do Piauí; Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em História pela mesma universidade; Especialista em História do Brasil pelo CEAD da Universidade Federal do Piauí; Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Possidônio Queiroz/Oeiras. É orientado pelo Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus. Membro do Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF) em que participa de grupos de estudos que fomentam discussões política, trabalho, história do tempo presente e afins. Vinculado a linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho, tem pesquisas na área de Literatura de viajantes, Imperialismo no século XIX e XX, Pós-Abolição no Piauí, Piauí Oitocentista, pesquisa na imprensa, pesquisa documental e mundos do trabalho. É Gerente Editorial da Revista Locus da UFJF. Contato: chrigorliberio@gmail.com (Texto informado pelo autor)

Fabrizia Santana da Silva Oliveira - Fabrizia Santana é doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde pesquisa as trajetórias intelectuais negras no Brasil do século XX, com foco na obra e atuação de Alberto Guerreiro Ramos.

Palavras-chave: Historiografia; Teoria; intelectuais Negros; Decolonialidade

Resumo:

O Brasil foi propulsor de novas perspectivas para a História no século XX, alterando e modificando as teorias e metodologias produzidas no norte global para contar sua história à sua maneira. Dessa movimentação historiográfica, temos uma gama de autoras e autores negros que alicerçaram os pilares dessa ciência, dando novas metodologias, teorias, conceitos e formas de escrever sobre o passado e seus personagens. O presente minicurso tem como objeto explorar alguns desses nomes: Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Neuza Santos Sousa, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, os apontando como pedra angular dos estudos sobre o Brasil com sua nação majoritariamente negra. A partir dos autores, visamos compreender sua contribuição à história e História do Brasil, como a possibilidade e pluralidade de formas de diálogo de suas obras com as pesquisas históricas, evidenciando as conexões e tensões com a tradição do pensamento social brasileiro.

Considerando o trabalho de autores como Joaze Bernardino-Costa (2024), que estabelece diálogos entre diferentes intelectuais negros, é possível conectar essas contribuições às recentes discussões sobre o conceito de interseccionalidade, entendido como uma zona heterogênea de desprivilégio racial vivenciado segundo as dimensões de classe, gênero, sexualidade etc.

Interessa-nos questionar os espaços de circulação dessas ideias, bem como sua recepção e difusão no meio intelectual, de modo a destacar como autores negros formularam críticas e alternativas em torno de temas centrais sobre o Brasil e seu desenvolvimento ao longo do século XX, explorando temas como: nacionalidade, democracia racial, racismo, trabalho, ativismo, mobilidade social, visões de liberdade e afins.

Adotamos aqui, também, uma noção ampla de decolonialidade, não restrita a um conjunto fechado de autores, mas voltada a apreender os processos históricos de resistência e reexistência das populações afrodescendentes, em especial da população negra, contra o epistemicídio. Diante uma academia composta majoritariamente por autoras e autores brancos, que exploravam a temática negra e seus personagens em uma ótica colonialista e europeia, os autores em questão são vozes sufocadas a conamar por uma verdadeira História Negra (Domingues, 2025). É Beatriz Nascimento, inclusive, que vai proclamar, ainda na década de 1970, a necessidade de rever a história do negro, num enfoque “etnográfico, religioso, socioeconômico, ou seja, fragmentariamente” (Nascimento, 1974), na transformação do antigo objeto, para agente, da História. Diante dessas práticas de remodulação dos autores, em intervir diretamente em como o negro é tido na historiografia, vemos, quase como uma resposta direta à Spivak (1988), autoras e autores negros apontando para a branquitude que “pode o subalterno falar”!.

Diante uma gama de novas formas de se ver o negro na história, produzidas pelos próprios intelectuais negros brasileiros, ve-se a modificação de suas características embrionárias a refazer os pilares da metodologia histórias. Seu empenho em produzir e reconstruir uma história do Brasil que olhe e toque a epiderme, mostra novas ferramentas para o arcabouço de formas de fazer História. Mesmo que apropriadas/roubadas por autores brancos, a produção dessas novas ferramentas, no presente trabalho, vai ser visibilizada e apontada para seus reais produtores, descortinando o véu do epistemicídio colocados sob esses intelectuais e suas obras. Um verdadeiro trabalho decolonial de arregimentar a produção historiográfica a um olhar não ocidental, fazendo a decolonialidade antes mesmo que qualquer autor “cunhasse” tal termo (Grosfoguel, 2024).

Nesse sentido, é a partir dessa concepção ampla de decolonialidade que pensamos a seleção de autores e autoras para este minicurso. Ao invés de enquadrá-los em categorias importadas que podem silenciar suas especificidades, buscaremos evidenciar como suas obras e trajetórias, em diferentes momentos do século XX, ofereceram respostas intelectuais próprias às hierarquias raciais, às desigualdades sociais e às disputas em torno da ideia de nação no Brasil. A escolha de Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos, Neusa Santos Souza, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez se justifica exatamente por esse compromisso: todos, em suas formas singulares de atuação, romperam com leituras tradicionais do pensamento social brasileiro, tensionam o cânone acadêmico e formularam novas interpretações sobre raça, cultura, subjetividade e identidade nacional. Tal perspectiva evidencia como a “história negra” (Domingues, 2025) se apresenta como um projeto adicional ao da historiografia dita canônica: edificar narrativas que revelam a diferença e, a partir dela, tensionam e desestabilizam as versões etnocêntricas tradicionais do passado nacional.

6. Título: Ensino de História e as construções de gênero: a multiplicidade do ser mulher

Autor: Maria Beatriz Ragon

Minibio: Professora de História (SEE/MG) e Mestre em Educação (UFJF)

Palavras-chave: Ensino de História; Gênero; Diferença;

Resumo:

A proposta deste minicurso se insere no tema geral do evento a partir de uma articulação entre as categorias diferença, alteridade e temporalidade, com o objetivo de problematizar as múltiplas formas de ser e significar “mulher” no mundo. Defendemos que o ensino de História, quando comprometido com a diferença, não pode se restringir à inclusão da mulher nas narrativas históricas já consolidadas, mas deve questionar os próprios regimes de verdade e representação que produziram silêncios, exclusões e naturalizações em torno do feminino.

O minicurso parte da constatação de que a identidade “mulher” não é uma essência fixa, mas uma categoria em disputa, construída histórica, discursiva e socialmente. Stuart Hall (2006) nos lembra que as identidades são sempre provisórias, fragmentadas e abertas a rearticulações. Derrida (1967), ao propor a *différance*, mostra que todo significado se constitui em relação ao outro, num processo de adiamento e deslocamento que impede fixações definitivas. Judith Butler (2003, 2015, 2021), por sua vez, enfatiza que gênero não é uma identidade natural, mas uma construção performativa, efeito de normas que podem ser repetidas e também subvertidas. Luce Irigaray (2002) denuncia a lógica do “um” universal e masculino que invisibiliza a mulher e propõe pensar uma ética do “dois”, fundada no reconhecimento da diferença sexual como originária. Já Emmanuel Levinas (2014) destaca que a alteridade radical do Outro nunca pode ser reduzida ao mesmo, sendo antes um chamado ético que antecede qualquer contrato. Ao articular esses referenciais, buscamos problematizar como o ensino de História pode se abrir ao que escapa às categorias fixas, permitindo pensar a alteridade como elemento constitutivo da formação histórica e ética.

Essa reflexão teórica encontra ressonância na prática escolar. O ensino de História, ao lidar com identidades e diferenças, tem sido historicamente atravessado por representações normativas da mulher: a mulher como mãe, esposa, cuidadora, ou, em outro polo, como exceção heroica em espaços masculinos de poder. Tais imagens reduzem a complexidade da experiência feminina, ao mesmo tempo em que silenciam múltiplos modos de ser mulher. Nosso propósito é questionar essas narrativas e abrir espaço para múltiplas vozes, temporalidades e cosmopercepções. Como aponta Macedo (2020), não se trata de “incluir a diferença” como adição a um currículo já dado, mas de repensar o currículo como espaço de disputa, negociação e deslocamento de sentidos.

No desenvolvimento do minicurso, propomos três movimentos principais:

Debate conceitual: discutiremos as transformações históricas da identidade “mulher” e os modos como o ensino de História pode operar a partir da diferença, não da identidade fixa. A questão central é: como a História ensinada pode contribuir para visibilizar experiências plurais de mulheres e, ao mesmo tempo, questionar as normas que as aprisionam em categorias estáveis?

Diálogo com cosmogonias indígenas: recuperaremos narrativas originárias de Abya Yala que não operam com uma lógica binária de gênero e que atribuem ao feminino centralidade ontológica, social e cosmológica. Essa parte será inspirada, entre outros referenciais, nas reflexões de Geni Núñez sobre a descolonização dos afetos, que problematiza como as normas de gênero coloniais se infiltraram nas formas de amar, desejar e existir, ao mesmo tempo em que resgata perspectivas indígenas que desestabilizam o binarismo e abrem para outros modos de ser e de se relacionar.

Oficina prática: convidaremos os/as participantes a realizar uma produção artística em argila, recriando coletivamente “Vênus” a partir de diferentes concepções de feminino. A argila, como material ancestral e central nas culturas indígenas, simboliza tanto a criação quanto a memória. A proposta é que cada participante molde uma figura que represente seu entendimento sobre o feminino, possibilitando que múltiplas formas artísticas e conceituais convivam no mesmo espaço. Essa prática finaliza o minicurso não apenas de modo sensível, mas também político: trata-se de materializar a recusa a uma única forma de representar a mulher e de abrir espaço para múltiplas narrativas.

A metodologia do minicurso articula, assim, momentos expositivos e dialogados, análises coletivas e práticas criativas. A intenção é que o espaço não seja apenas de transmissão de conteúdos, mas de produção conjunta de saberes, valorizando as experiências, afetos e perspectivas dos/as participantes.

Por fim, acreditamos que este minicurso contribui para o evento por três razões principais: (i) atualiza o debate sobre a presença das mulheres no ensino de História, deslocando-o da simples “inclusão” para uma problematização mais radical sobre diferença e alteridade; (ii) conecta o ensino de História a cosmopercepções indígenas, ampliando a reflexão para além da tradição ocidental e promovendo uma perspectiva descolonial; e (iii) oferece um espaço criativo de experimentação, no qual os/as participantes poderão articular teoria, sensibilidade e prática artística.

A aposta central é que *pensar o ser mulher no ensino de História exige enfrentar os limites das categorias tradicionais e abrir-se a outras formas de significar a diferença*. O currículo, nesse sentido, torna-se um espaço de disputa em que se decide não apenas quais histórias contar, mas também como contá-las, quem pode ser reconhecido como sujeito e quais futuros podem ser imaginados. Apostamos, portanto, em um ensino de História comprometido com a diferença, que não teme a multiplicidade, mas que nela encontra a possibilidade de um mundo mais justo, plural e democrático